

GAIA

Centro cultural poderá regressar à estaca zero

ALTERAÇÕES ■■▶ Câmara pondera modificar o projecto e alargá-lo a outras instalações ■■▶ Chumbo do IPPAR foi “um mal que veio por bem”, diz Queirós

■ Inês Schreck

J. PAULO COUTINHO



Recuperação da Real Companhia Velha ainda vai demorar

Todos por um projecto ambicioso

■■■Dentro de poucos dias chegará às mãos do Executivo camarário o relatório da Comissão de Análise de propostas, constituída pelos directores municipais de Assuntos Jurídicos e do Urbanismo. “Está praticamente concluído e defendem que fará mais sentido ir para um projecto mais ambicioso”, adiantou Jorge Queirós. Ao JN, o autarca disse ter a sensação que o único concorrente – o consórcio liderado pela Novopca – “já chegou à conclusão que o projecto não é o melhor”. Recorde-se que o centro cultural de Gaia, um dos projectos-bandeira de Luís Filipe Menezes, prevê a instalação no edifício da Real Companhia Velha de livrarias, cinema, lojas multimédia, salas de exposições, entre outros.

A construção do Centro Cultural e de Lazer de Gaia, no antigo edifício da Real Companhia Velha, na margem ribeirinha, pode voltar à estaca zero. O concurso público foi lançado há cerca de dois anos, mas a Câmara não gosta do projecto apresentado pelo único concorrente e quer repensá-lo. Alargar o equipamento a outras instalações é uma das hipóteses em cima da mesa, mas tais alterações podem obrigar à abertura de novo concurso público.

“Há apenas a hipótese do projecto ser alargado a outras instalações”, afirmou, ontem, ao JN, o presidente da autarquia Luís Filipe Menezes.

Na mesma linha, o vice-presidente, Jorge Queirós, lembra que ainda não há qualquer decisão, mas sublinha que um projecto “mais ambicioso” para o local será positivo para o concelho.

“Quando lançámos o concurso, estávamos a pensar só naquela área. Apareceu apenas um concorrente, o que nos pôs a pensar que o caderno de

encargos não devia ser muito atractivo”, referiu o autarca.

A posição da Câmara ficou reforçada pelo parecer negativo que o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) deu ao projecto, em Setembro do ano passado.

“Há males que vêm por bem”, admitiu Jorge Queirós, acrescentando que, da parte do IPPAR, sempre houve abertura para encontrar soluções alternativas. Se esse for o caminho, certo é que as alterações a fazer

não podem prejudicar eventuais concorrentes. Caso contrário, terá de ser anulado o concurso público e lançado um novo.

O parecer do Instituto punha em causa “a volumetria excessiva do edifício”, que se encontra na área de protecção do Convento Corpus Christi. “Devia ser mais adaptável ao local”, sustentou, ao JN, Miguel Rodrigues, chefe da Divisão de Salvaguarda da Direcção Regional do Norte do IPPAR.